

MILITÂNCIA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A CÂMARA FEDERAL BRASILEIRA

Guilherme Felix Machado Filho – UFRJ¹

guilhermefelixmf@hotmail.com

Co-autor: Caio Perdomo de Oliveira – UFRJ²

caio.perdomo@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar os deputados federais da atual legislatura a partir do estudo de seus perfis parlamentares, pautando-se na eventual presença de histórico de militância política na sociedade. Visa-se, dessa forma, analisar se existe do um padrão regional na distribuição dos deputados recrutados diretamente dessa anterior militância. A partir disso, propões verificar se existe uma correspondência entre o perfil dessa militância e a origem do deputado e de que forma estão dispostos percentualmente os diferentes tipos de militância nas diferentes regiões. Sendo assim, foi possível compreender melhor a diferente distribuição regional dos tipos de militância dos deputados, bem como a correspondência entre precedente militância na sociedade e a representação no meio institucional, e, dessa forma, o seu recrutamento para o âmbito da política formal.

Palavras-chave: representação política; militância; sociedade civil.

INTRODUÇÃO:

A representação parlamentar, ou, propriamente, a representação política é um dos mais importantes recursos usados na organização política das sociedades modernas. A configuração dessas sociedades, que são complexas e em muitos casos, fortemente desiguais, demanda a adoção de sistemas de representação política. Tendo em vista a impossibilidade prática da democracia direta para contenção e controle de interesses diferenciados e muitas vezes conflitantes, é necessário o deslocamento destas demandas sociais e conflitos para a arena legal das casas legislativas: o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais (CASTRO, 2005: 143).

No âmbito deste trabalho, o objetivo é analisar o perfil dos deputados federais enquanto somente cidadãos ativos na sociedade através do levantamento

do seu histórico de militância política e social. Esta constitui uma perspectiva capaz de contribuir para uma reflexão acerca dos processos de recrutamento de cidadãos que ingressam no parlamento.

Partindo da observação e constatação de que muitos parlamentares têm um passado de militância na sociedade, propõe-se, em um primeiro momento, verificar se há relação entre o perfil dessa militância e a origem regional do parlamentar; em um segundo momento, interessa-nos conhecer o peso (percentual) da atividade dessa militância na legislatura atual dos deputados federais. Por fim, buscaremos verificar se existe algum padrão na distribuição regional dos parlamentares recrutados diretamente da militância na sociedade civil.

Metodologicamente, o trabalho apresentará uma discussão sobre a territorialidade da representação política, assim como sobre a sociedade civil e a militância política proveniente desta. De forma operacional, inicialmente será feito um levantamento dos dados referentes a cada deputado federal a partir dos sites da Câmara dos Deputados e o Excelências-Transparência Brasil. Mediante isso será feita uma seleção dos parlamentares que possuem histórico de militância política na sociedade anterior ao seu mandato. Organizar-se-á uma tipologia das atividades, sendo este último anteriormente definido conforme a análise do perfil de militância de cada parlamentar. Em seguida, desses indicadores serão gerados tabelas, gráficos e mapas capazes de apontar a distribuição geográfica dessas categorias de militância. E, por fim, haverá uma análise dos resultados obtidos.

O trabalho pretende fornecer como principais contribuições a discussão sobre a importância da atividade de militância social dos atuais parlamentares antes de ingressarem na atividade de legislatura, além de trazer para o cerne do debate o peso dessa atuação nas diferentes regiões do país. Acreditamos que a proposta é enriquecedora, já que amplia a reflexão acerca das relações entre os representantes políticos e as complexas relações entre suas atuações na sociedade e suas conexões territoriais.

A distinção entre sociedade e sociedade civil

Antes de se começar propriamente a análise do histórico de militância social dos parlamentares, faz-se necessária uma definição do que é proposto no presente trabalho por sociedade civil. Esse exercício de cunho mais teórico agrega importância na medida em que esclarece e delimita o campo no qual se insere a precedente militância desempenhada pelo atual deputado. Isso permite o entendimento de suas características distintivas para com a “sociedade mais geral”, assim como se refere GOHN (2005), e as demais instâncias da sociedade, bem como o papel de interface entre sociedade e Estado, de significativa relevância quando ao pleito de uma cadeira no Parlamento.

A delimitação e significado de sociedade civil foi alvo de diversas mudanças ao longo do tempo, sendo assim um conceito polissêmico. Desde a origem do termo, segundo GOHN (2005) atribuída a Aristóteles, o termo fez menção a diferentes noções em relação à sociedade e ao Estado. Nesse processo de evolução e revisão do termo, a sociedade civil já foi entendida como sociedade política, ou seja, o Estado, por Kant; por momento intermediário entre a família e o Estado, por Hegel; como o momento estrutural (visto como a base real da sociedade, numa perspectiva econômica) da sociedade, por Marx; e como o momento ético-político, positivo, superestrutural, por Gramsci.

A compreensão da evolução do termo traz consigo o entendimento de uma seção da sociedade, de característica política distintiva, em relação a outras instâncias da sociedade, principalmente com relação ao Estado, e, desta forma, que papel essa seção desempenha em relação a elas.

Segundo BOBBIO (1994), destaca-se a “(...) importância que assume nas reflexões gramscianas a categoria de ‘sociedade civil’, enquanto categoria intermediária entre a base econômica e as instituições políticas em sentido estrito, tanto em seu uso historiográfico quanto em seu uso político” (op.cit: 17). É assim então valorizada não somente pelo fato de como Gramsci delimita o termo, mas a forma como ele o insere dentro da relação composta pelo quadro geral estrutura/superestrutura, definindo, portanto, o que se encerra dentro da

superestrutura (momento ético-político) por sociedade civil e sociedade política (o Estado), e a estrutura (momento econômico).

Ainda assim, trazendo a discussão para o contexto brasileiro, percebe-se que o termo sofre algumas modificações de acordo com o andamento sócio-político do país. De acordo com GOHN (2005), o conceito de sociedade civil surge de fato no Brasil no final da década de 70, período denominado de trajetórias das transições demográficas. Nesse aspecto, “na linguagem política corrente ele se tornou sinônimo de participação e organização de população civil do país na luta contra o regime militar.” (op.cit: 70). Além disso, os anos 70 e 80 significaram uma renovação no cenário da participação sociedade civil, com o surgimento de novos atores sociais, defendendo causas que saiam do universo ideológico, como, por exemplo, a questão do gênero, raça, sexo e meio ambiente. Essa pluralização também se verificou em relação aos grupos organizados, a partir da criação de movimentos, associações, instituições e ONGs.

Nos anos 90, o movimento de ampliação da sociedade civil se estende até a sociedade política, culminando no desenvolvimento de um novo espaço público, os espaços deliberativos, que são uma “articulação entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais.” (GOHN, 2005: 77). Essa situação corrobora para, desde o final da década de 80, o declínio das manifestações de rua, em grande parte explicados pela perda de um inimigo principal – a ditadura militar -, ao passo da criação e crescimento de formas mais institucionalizadas de militâncias (GOHN, 2011: 20).

A representação parlamentar e o território

Como visto anteriormente, a representação política desempenha grande importância nas sociedades modernas. Nesse sentido, a representação política pode ser entendida como um recurso de poder, principalmente, quando visto em sua intrínseca relação com o território. Ao pensarmos que o “(...) espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é arena de conflitos e conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle.” (CASTRO, 2005: 139),

quando ao se ampliar essa lógica ao contexto democrático se encontra um espaço político entendido também como uma arena de conflitos, circunscrito por um aparato político institucional, no qual media e regula as negociações estratégicas entre representantes políticos, eleitores, partidos e grupos de interesses (MAGDALENO, 2010: 73).

Nesse sentido, a compreensão do fenômeno da representação política “(...) significa interpretar a estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre os territórios que se formam a partir da prática política institucionalizada.” (op.cit: 80). Para tanto, os representantes se utilizam de um conjunto de práticas a fim de promover a criação ou manutenção de um território, no qual é possível a identificação desses efeitos políticos. Dessa forma, mesmo que “a lei permita que os candidatos peçam votos em qual região de seus estados (...) na realidade, a maioria limita geograficamente suas campanhas” (AMES, 2003: 64), - lógica válida para a manutenção das bases eleitorais em posteriores candidaturas -. Isso implica na formação de certos padrões espaciais correspondentes à territorialidade da representação política.

Dentro desse contexto, o tipo de sistema político apresenta papel fundamental no processo de configuração política-territorial. O Brasil, neste caso, adota de forma geral, o sistema proporcional – como é o caso do processo de composição do Congresso Nacional -, objetivando a distribuição proporcional da representação parlamentar entre os partidos. Essa representação proporcional “(...) exerceria a função de proporcionar o compartilhamento e a dispersão do poder por entre diversos grupos (...)” (MAGDALENO, 2010: 58), e com isso limitar o monopólio de seu exercício, como se verifica em sistemas majoritários. Além disso, a proporcionalidade permite que o perfil do eleitorado reflita o Parlamento e que todas as correntes de opinião no Legislativo estejam presentes. (op.cit: 58).

Operacionalização dos dados

Toda a discussão promovida ao longo do trabalho, mais especificamente quanto à sociedade civil e a representação política, está em consonância com as tabelas e gráficos extraídos a partir do tratamento dos dados pertencentes aos deputados

federais. Essa etapa do trabalho consiste, portanto, na operacionalização de dados retirados dos sites da Câmara dos Deputados e o *Excelências-Transparência* (fontes oficiais de consulta).

Em um primeiro momento, fez-se um levantamento dos parlamentares com e sem histórico de militância social, no intuito de se obter o peso percentual dos deputados que possuem histórico de militância na sociedade e de que forma isso está distribuído regionalmente.

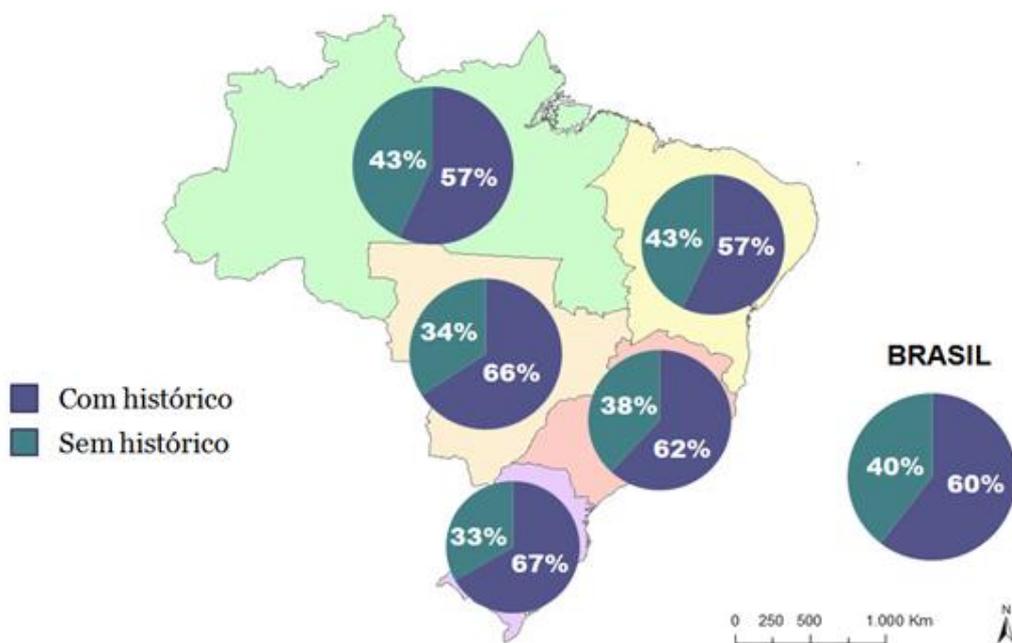


Figura 1 – Distribuição regional dos deputados com e sem histórico de militância na sociedade.

Essa primeira amostragem nos permite aferir que mais de 50% dos deputados federais possuem um histórico de militância na sociedade. Ainda assim, isso consequentemente nos revela ao peso percentual significativo dos deputados que não possuem histórico, destacando-se nesse grupo deputados que pertencem a famílias de tradição na política regional. Como dado significativo, percebe-se também que entre as regiões existe uma diferença regional de 10%, como por exemplo, entre as regiões Sul, com 67% (maior percentagem no geral) e o Centro-Oeste e Nordeste, com 57% (menores percentagens no geral)

Apesar disso, essa análise não foi muito diferenciadora, tanto por apresentar, de maneira geral, resultados próximos, estabelecendo de certa forma um padrão, quanto por não promover a distinção dos diferentes tipos de militância praticado pelos deputados. Sendo assim, a fim de um melhor tratamento e refinamento dos dados, estabeleceu-se uma tipologia dos deputados com histórico de militância, organizados em categorias segundo os tipos de militância encontrados.

A estipulação das categorias de militância e, por conseguinte, a alocação dos deputados ocorreu durante as análises dos perfis parlamentares desses deputados no qual a formação dessas categorias foi delimitada de acordo com a quantidade significativa de cada tipo de militância e a influência política dos grupos dos quais elas são expressas³. O enquadramento dos deputados nas categorias foi feito levando-se em consideração o cargo no qual o deputado ocupara quando ainda militante, valorizando-se cargos de maior relevância e visibilidade, como, por exemplo, a presidência e diretoria, e o tempo que os mesmos ocuparam nessa militância, no qual o fator de escolha estava relacionado a um maior tempo de participação e frequência na mesma. Dessa forma, chegou-se a 12 categorias: empresarial e trabalhadores (categorias profissionais de trabalho⁴ – meio urbano), pequeno produtor e grande produtor (categorias profissionais de trabalho – meio rural), profissões liberais⁵, organização religiosa, esporte e lazer, funcionalismo, militância institucional, movimento estudantil sociedade filantrópica e outros⁶.

A distribuição dessas categorias pode ser melhor visualizada na tabela e gráfico abaixo

Categorias \ Regiões		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	TOTAL
Categoria Profissional Urbano	Empresarial	4	10	6	5	3	28
	Trabalhadores	4	10	2	11	4	31
Categoria Profissional Rural	Pequeno Produtor	1	3	3	3	4	14
	Grande Produtor	4	3	2	6	8	23
Profissões Liberais		4	14	6	16	5	45
Organização Religiosa		3	9	6	19	4	41
Esporte e Lazer		1	3	1	1	2	8
Funcionalismo		3	5	1	3	3	15
Militância Institucional		0	5	4	7	10	26
Movimento Estudantil		2	11	2	14	4	33
Sociedade Filantrópica		1	5	1	1	1	9
Outros		0	6	3	23	4	36
TOTAL		27	84	37	109	52	309

Figura 2 – Tabela da distribuição regional da militância em números absolutos

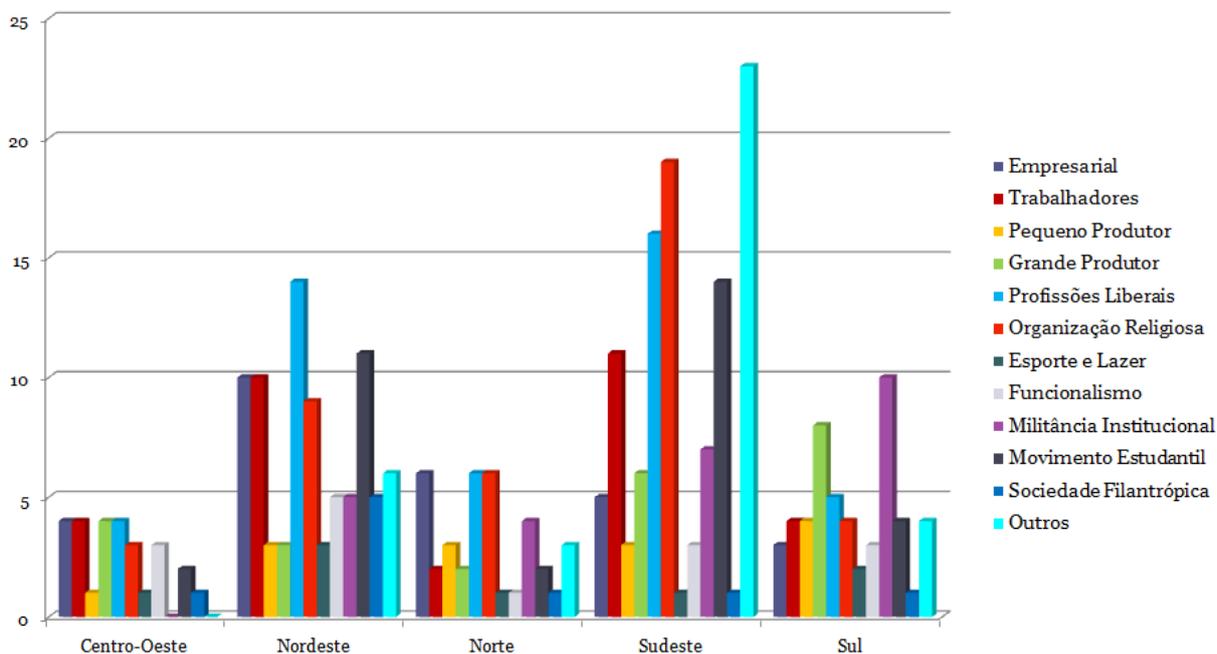


Figura 3 – Gráfico da distribuição regional da militância em números absolutos

O gráfico, mais especificamente, permite estabelecer duas considerações relevantes. A primeira é que Sudeste e Nordeste congregam as maiores quantidades de deputados federais, e, além disso, como segunda consideração, as duas regiões também apresentam uma distribuição mais heterogênea das categorias quando comparadas com as demais regiões. Essas considerações se fazem relevantes ao se destacar que o gráfico em questão trata-se somente do quantitativo dos deputados que apresentam histórico de militância na sociedade civil e não do total de deputados federais

Dessa tabela mais geral é possível proceder duas diferentes interpretações, uma acerca da distribuição dos deputados por região e a outra da distribuição dos deputados por categorias.

A primeira forma de interpretação se refere à distribuição percentual do total de deputados na região por categoria. A partir disso, foi elaborada a tabela a seguir

Categorias		Regiões				
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Categoria Profissional Urbano	Empresarial	15%	12%	16%	5%	6%
	Trabalhadores	15%	12%	5%	10%	8%
Categoria Profissional Rural	Pequeno Produtor	4%	4%	8%	3%	8%
	Grande Produtor	15%	4%	5%	6%	15%
Profissões Liberais		15%	17%	16%	15%	10%
Organização Religiosa		11%	11%	16%	17%	8%
Esporte e Lazer		3%	3%	3%	1%	3%
Funcionalismo		11%	6%	3%	3%	6%
Militância Institucional		0%	6%	11%	6%	19%
Movimento Estudantil		7%	13%	6%	12%	8%
Sociedade Filantrópica		4%	5%	3%	1%	2%
Outros		0%	7%	8%	21%	7%

Figura 4 - Tabela da distribuição regional da militância em porcentagem (total de deputados na região por categoria).

Nessa tabela foram destacados alguns dados mais expressivos no qual se verifica a maior concentração do grupo empresarial (entendido como os integrantes das categorias empresarial e grande produtor) nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, chegando a 30% na região Centro-Oeste. Outro dado a se destacar é o peso percentual de cerca de 15% em todas as regiões das categorias dos profissionais liberais e do grupo trabalhista (entendido como os integrantes das categorias trabalhadores e dos pequenos produtores)

A segunda forma de interpretação se refere à distribuição percentual do total de deputados na categoria por região, no qual, também, propiciou a elaboração de uma tabela, vista logo abaixo

Categorias		Regiões				
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Categoria Profissional Urbano	Empresarial	14%	36%	21%	18%	11%
	Trabalhadores	13%	32%	6%	36%	13%
Categoria Profissional Rural	Pequeno Produtor	8%	21%	21%	21%	29%
	Grande Produtor	17%	13%	9%	26%	35%
Profissões Liberais		9%	31%	13%	36%	11%
Organização Religiosa		7%	22%	15%	46%	10%
Esporte e Lazer		13%	37%	13%	12%	25%
Funcionalismo		20%	33%	7%	20%	20%
Militância Institucional		0%	19%	15%	27%	39%
Movimento Estudantil		6%	33%	6%	43%	12%
Sociedade Filantrópica		11%	56%	11%	11%	11%
Outros		0%	17%	8%	64%	11%

Figura 5 - Tabela da distribuição regional da militância em porcentagem (total de deputados na categoria por região).

Mais uma vez alguns dados expressivos foram destacados, no qual, nota-se, que alguns deles se assemelham a tabela anterior, o que reforça a relevância de tal dado. Além disso, a tabela apresenta dados relevantes que não foram expressos na tabela anterior, marca da ligação entre esses dois tipos de interpretação de uma mesma tabela que mostra justamente a composição da distribuição geral dos deputados de cada região por categoria.

Dessa forma, com relação a essa tabela, pode-se notar que certas categorias apresentam maior destaque por região, como as categorias organização religiosa (46%) e movimento estudantil (43%) no Sudeste; a categoria sociedade filantrópica no Nordeste, atingindo 56%; a categoria militância institucional no Sul, chegando a 39%; as categorias profissionais liberais, trabalhadores e movimento estudantil, concentrados na região Sudeste e Nordeste, atingindo juntas mais de 50%; e, expresso também na tabela anterior, o peso significativo da categoria outros na região Sudeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O trabalho ainda se apresenta em fase de desenvolvimento. Dessa maneira, o objetivo do trabalho buscou sobremaneira, a partir de uma sistematização dos diferentes tipos de militância em diferentes categorias, mostrar a distribuição regional dessas categorias e, com isso, analisá-las, sobretudo em relação às possíveis diferenças que poderiam existir entre as regiões. Nesse sentido, o trabalho foi de cunho essencialmente expositivo, limitando-se a mostrar os dados mais expressivos e relevantes, resultantes do anterior processo de categorização e classificação.

Mesmo não apresentando as justificativas do porque da distribuição regional e mais especificamente do peso diferencial de cada categoria, atingiu-se o objetivo de tentar analisar e explorar a interface entre a representação política e a sociedade civil, e de que forma encontramos uma correspondência entre a precedente militância na sociedade e a representação no meio institucional (nas casas legislativas) destes mesmos indivíduos. Analisar e descrever essa correspondência significa, assim, entender como ocorreu o processo de recrutamento desse indivíduo ativo, que de certa forma também representava determinado grupo (e seus interesses) da sociedade, e que nesse momento passa a fazer isso na esfera política formal, imerso não só no jogo político desse âmbito, mas também tendo que equacionar os interesses do grupo ao qual representa com os dos demais representantes, que representam diferentes regiões, estados, localidades e, por conseguinte, interesses diferenciados.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDER, J. *Real civil societies*. London: Sage/ISA, 1998.

AMES, B.. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, N. *O Conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

CASTRO, I. E.. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, N. R.. *E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003

GOHN, M. G.. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011

MAGDALENO, F.S.. *A territorialidade da representação política*. São Paulo: Annablume, 2010.

RODRIGUES, L. M.. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.17, n.48,p.31-47, fev. 2002.

VEIGA, L. et al.. *Conexão Eleitoral em uma Assembléia Legislativa: a atuação do parlamentar e atitude do eleitor*. Disponível em: < http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_13_33.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2012.

Figuras

Figura 1 - Fonte: Site da Câmara dos Deputados e Excelências – Portal Transparência Brasil. Elaborado a partir de base de dados do IBGE. Organizador: MACHADO FILHO, G.F. (2012)

Figura 2 a 5 - Fonte: Site da Câmara dos Deputados e Excelências – Portal Transparência Brasil.. Organizador: MACHADO FILHO, G.F. (2012)

Notas de rodapé

1 - Bacharelado em Geografia pela UFRJ e bolsista FAPERJ pelo Geopol (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território) vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 – Licenciando em Geografia pela UFRJ e bolsista Cnpq pelo Geopol (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território) vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 – Um exemplo disso é a categoria profissões liberais, na qual boa parte dos deputados ali presentes poderia ser categorizada como dos trabalhadores urbanos e rurais e do funcionalismo.

4 – As categorias profissionais foram enquadradas segundo a definição do Ministério do Trabalho, no qual a “Categoria profissional, relativa aos trabalhadores, decorre da

"similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas" (CLT, art.511,§2o)"(disponível em http://www3.mte.gov.br/cnes/reg_sindical.asp>. Acesso em 01 de dezembro.2012.

5 – A categoria de profissões liberais está de acordo com o que é definido como profissional liberal pela CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais), no qual o liberal é designado para aquele profissional que tem total liberdade para exercer a sua profissão, ser sempre de nível universitário ou técnico e deve estar registrado em uma ordem ou conselho profissional e é o único que pode exercer determinada atividade.

6 – As categorias enunciadas apresentam as seguintes profissões, ocupações e associações : empresários (Donos de Indústria, comércio, distribuidora de energia, comércio de produtos alimentícios, construção Civil, dirigentes lojistas,distribuidores de combustíveis, indústria gráfica, mercado imobiliário, transporte de carga,empresas de serviços e limpeza ambiental, comércio de bens, serviços e turismo, empresa de turismo, radiofusão, estabelecimentos particulares de ensino), trabalhadores (corretor de seguros, bancário, trabalhadores da indústria têxtil, urbanitários, trabalhadores na indústria de extração de petróleo, metalúrgicos, trabalhadores em transporte, metroviários,trabalhadores da indústria de papel e celulose e trabalhadores em serviços de asseio e conservação e limpeza urbana) pequenos produtores (pequeno agricultor, trabalhadores rurais sem terra, cooperativas agropecuárias, cooperativa de crédito rural e associação de apoio comunitário rural), grande produtor (pecuarista, agricultor,produtor de leite, criador de zebu,criador de nelore, avilcutor, arrozeiros, criadores de gado e clube do cavalo), profissões liberais (advogado, médico, professor, trabalhador em educação em geral, engenheiro agrônomo, professor universitário, professor do ensino oficial, economista, arquiteto, técnico agrícola, engenharia sanitária, administração), organizações religiosas (evangélico atuante no meio social,pastor evangélico grupo jovem batista, sacerdote católico, supervisor e coordenador de igrejas evangélicas, padre, união dos moços católicos), esporte e lazer (dirigentes e presidentes de clube de futebol, fundador de projeto sócio-esportivo, federação de assistência desportiva, associação cultural esportiva), funcionalismo (servidores federais de educação e

profissional, delegado de polícia, trabalhadores do poder judiciário e do ministério público da união, trabalhadores de universidade pública, servidor público federal, fiscal de renda, associação do pessoal da caixa econômica federal), militância institucional (associação, federação, confederação nacional dos municípios, associação prefeitos municipais, união nacional dos legislativos estaduais, associação microregional dos municípios, associação dos municípios canavieiros, associação dos municípios citrícolas), movimento estudantil (associação estadual de estudantes, estudantes secundaristas, centro acadêmico, estudantes agrícolas, diretoria central dos estudantes, movimento estudantil universitário, movimento estudantil secundarista, união dos estudantes, grêmio estudantil), sociedades filantrópicas (lions club, santas casas, entidades filantrópicas, loja maçônica, sociedade maronita de beneficência, clube dos 21 irmãos amigos de londrina), outros (associação brasileira das instituições de pesquisa tecnológica, academia de letras, associação dos deficientes físicos, especialistas em zoonoses, fundações e instituições de caridade sem fins lucrativos, associações de favelas, associações de moradores, ONGs, associação feminina cristã, movimento popular da mulher, união brasileira de mulheres)